

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8101 | Salvador, segunda-feira, 22.01.2021

Presidente Augusto Vasconcelos



BB SOB ATAQUE



BANCO DO BRASIL

**OIT cobra explicações
por cortes de direitos**

Página 2

**Governo usa auxílio para
impor pauta ultraliberal**

Página 4

Mais ataques

O desmonte se agrava e o Banco do Brasil sofre mais um ataque. O governo Bolsonaro apresentou na Câmara Federal projeto para incluir o BB no pacote de privatizações. A ofensiva é violenta. Por isso a resistência tem de ser ampliada. Página 3

Governo mina direitos. OIT cobra explicações

Mudanças legislativas retiram conquistas dos trabalhadores

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

O GOVERNO Bolsonaro, ao invés de reduzir os danos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19, aproveita para retirar direitos dos trabalhadores. Justamente por isso, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) cobra do presidente brasileiro explicações sobre mudanças legislativas ocorridas durante a crise sanitária.

O Comitê de Aplicações de Convenções da OIT demonstra preocupação diante das iniciativas adotadas nos últimos meses. No centro das discussões estão as medidas provisórias 927 e 936, estabelecidas pelo governo no início da pandemia, em 2020.

Através das MPs, o governo criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A medida, que permitia a suspensão temporária dos contratos de trabalho e a redução de salário e jornada proporcional em até 70%, foi alvo de diversas críticas.

Bolsonaro enfraquece BNDES

BOLSONARO tem se empenhado no processo de desmonte das empresas públicas, inclusive

do BNDES. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social poderia ser um forte aliado no enfrentamento à pandemia, se o governo permitisse. A atuação teria ido além dos R\$ 5 bilhões disponibilizados para ajudar micro, pequenas e médias empresas.

Porém, a AFBNDES (Associação dos Funcionários do BNDES) aponta que a estratégia de acelerar os desinvestimentos da carteira



Governo Bolsonaro aproveitou a pandemia para cortar direitos trabalhistas

“O Comitê encoraja o governo a reforçar o diálogo com as organizações representativas de empregadores e trabalhadores com vistas a avaliar o impacto da implementação da Lei Nº. 14.020, garantindo a aplicação dos acordos e acordos coletivos que estão em vigor e promovendo, para todos os trabalhadores abrangidos pela Convenção, a plena utilização de mecanismos de negociação coletiva como meio de alcançar soluções equilibradas e sustentáveis em tempo de crise”, diz o órgão.



BNDES poderia ter atuado de forma mais destacada na pandemia

da BNDESPar, braço de participação acionária do sistema do banco, resultou em prejuízo nominal da ordem de R\$ 12 bilhões. O desmonte da instituição começou com o governo de Michel Temer e teve continuidade com a equipe econômica de Bolsonaro.

Com o atual governo, o investimento anual do BNDES para infraestrutura tem perspectiva média de apenas R\$ 124,3 bilhões.

Rebherny é reeleito para o Caref BNB

UMA grande vitória para os trabalhadores do Banco do Nordeste. Rebherny Oliveira foi reeleito para o Caref BNB, com 62,1% dos votos (2.104). O processo eleitoral terminou na sexta-feira.

Rebherny disputou o segundo turno com Marizângela Dias Coelho, que obteve 37,9% dos votos (1.282). O candidato eleito, que foi apoiado pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, funcionário do BNB desde 2005, tem projetos que dialogam com os anseios dos funcionários e reforça a defesa do BNB enquanto banco público e importante agente de desenvolvimento da região Nordeste.

Trabalhadores nos fundos de pensão

AO CONTRÁRIO do que o mercado financeiro deseja, a participação dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão é sustentável para todos. Com a presença nos planos de previdência e da aposentadoria, fica garantida a aplicação dos recursos segundo os interesses dos funcionários.

A pressão pela capitalização da previdência pública durante a reforma partiu do mercado financeiro, interessado na lucratividade que poderia obter. Os protestos dos trabalhadores evitaram que a gestão de trilhões de reais de poupança previdenciária fosse entregue aos bancos.

Entretanto, a pressão do mercado continua forte sobre o governo Bolsonaro, já que os bancos conseguiram incluir na reforma a possibilidade de administrar a previdência complementar dos servidores públicos. O próximo passo será desgastar a imagem dos fundos de pensão, com o objetivo de demonstrar que a gestão do dinheiro deve ficar com os especialistas do mercado financeiro.

Resistência
contra a
privatização



JOÃO LUBALDO

Grave ameaça

Bolsonaro inclui BB no pacote de vendas do governo. Desmonte

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

EM MAIS um ataque ao patrimônio nacional, o Projeto de Lei (PL 461/2021), que altera a Lei 9.491 de 1997 e inclui o Banco do Brasil no Programa Nacional de Desestatização do governo Bolsonaro, foi apresentado na Câmara Federal. A manobra visa privatizar o que resta de público no BB, uma das empresas mais sólidas, eficientes e rentáveis do país.

O Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista e a maioria do capital votante pertence ao governo. É através disso que se consolida como uma importante ferramenta de distribuição de renda, de programas sociais e de fomento do desenvolvimento. Trata-se do maior banco financiador da agricultura.

O banco repassou, nos últimos 12 anos, R\$ 36 bilhões ao Tesouro Nacional. É uma empresa que reforça o caixa do governo. Privatizá-la é abrir mão da soberania e da capacidade de atuação do Estado brasileiro na indução ao desenvolvimento econômico.

Como justificativa ao projeto, o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) alega que é muito 'simples' privatizar o Banco do Brasil. Discurso que demonstra desconhecer a função pública da empresa e os lucros produzidos pelo funcionalismo. Lucratividade que reflete diretamente em recursos para a União.

Itaú paga a PLR em 1º de março

A **SEGUNDA** parcela da PLR dos funcionários do Itaú vai sair no dia 1º de março. O banco informou que pagará a Participação nos Lucros e Resultados cheia até 2,2 salários apenas para quem ganha até R\$ 4.559,88. Para os bancários que recebem acima dessa quantia, os valores em múltiplo se reduzem gradativamente.

A direção do Itaú deu como justificativa à COE (Comissão de Empresa dos Empregados) a queda no lucro em 2020. A segunda parcela da

PLR corresponde à regra básica majorada, que equivale a regra básica, que consiste em 90% do salário mais valor fixo de R\$ 2.529,53 até alcançar 5% do lucro líquido ou 2,2 salários.

Além do valor do benefício, ainda será acrescentada a parcela adicional cheia (R\$ 5.059,08) descontado o valor já pago em setembro/outubro 2019. Já a primeira parcela da PLR dos empregados do banco foi creditada em setembro/outubro de 2020.

Luta contra as metas da Caixa

PARA lutar contra as metas desumanas impostas pela direção da Caixa, os empregados e entidades representativas realizaram tuitos na sexta-feira. As hashtags #MexeucomaCaixa, #MexeucomoBrasil, #CaixaValorizeOEmpregado e #MetasDesumanasNão tiveram papel de alertar a população sobre a importância dos trabalhadores, inclusive na pandemia causada pelo coronavírus.

A pressão pelo cumprimento de metas abusivas adoecida cada vez mais os bancários da Caixa, que lidam ainda com a sobrecarga de trabalho e cansaço devido ao déficit de quase 20 mil trabalhadores.

A Caixa precisa fazer novas contratações e melhorar as condições de trabalho para todos os empregados. A mobilização nas redes sociais foi uma das atividades do calen-



A Caixa exagera nas metas

dário de lutas definido pela CEE (Comissão Executiva de Empregados) da Campanha de Valorização dos Bancários.

Benefício do Safra antecipado com acréscimo

APÓS cobrança dos sindicatos, o Safra antecipou o pagamento da segunda parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) para os funcionários, com acréscimo de 20%, para a quinta-feira.

Os empregados do banco em cargos técnicos e administrativos também vão receber outro comple-

mento de 20% na regra básica. Mas, a distribuição da PLR não pode ultrapassar 5% do lucro do Safra.

A CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) da categoria estabelece que os bancos têm de pagar a PLR até 3 de março, respeitando as regras do acordo.

FOTO DA INTERNET

Bolsonaro quer utilizar o auxílio como barganha

Governo pretende impor votação de reformas tóxicas

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

PARA a criação de uma Medida Provisória cujo objetivo é o retorno do auxílio emergencial, o governo Bolsonaro tem se articulado nos bastidores do Congresso Nacional. Junto com o benefício, quer apresentar também uma proposta de ajuste fiscal unindo as PECs Emergencial e do Pacto Federativo, que estão no Senado.

A nova versão do auxílio emergencial será de três parcelas de até R\$ 250,00, valor bem inferior ao pago durante a primeira parte do programa. A oposição mantém a pressão pelos R\$ 600,00 por mais seis meses, no mínimo, já que o país

passa pelo mais grave momento da pandemia de coronavírus.

A equipe de Bolsonaro, com a supervisão do ministro da Economia, Paulo Guedes, perpetua a lógica de austeridade fiscal. O governo também ignora o contexto trágico. Tem sido incapaz de promover o crescimento e o equilíbrio fiscal, além de aprofundar ainda mais as desigualdades sociais.

Para piorar, o novo presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL), tenta impor rapidez à agenda ultraliberal. E nesse combo estão as reformas administrativa e tributária, autonomia do Banco Central, além das privatizações, para acabar de vez com o patrimônio público do país.



Governo quer vincular auxílio à aprovação de PECs. Mais cruel, impossível

Governo federal vai transferir mais de R\$ 5 bilhões do FGTS

O GOVERNO Bolsonaro vai transferir R\$ 5,5 bilhões em recursos do FGTS para financiar o programa habitacional intitulado Casa Verde e Amarela. O Orçamento total do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço vai cair de R\$ 77,947 bilhões para R\$ 76 bilhões, entre 2020 e 2024.

No segundo ano de gestão de Bolsonaro, os investimentos do

Minha Casa, Minha Vida, que foi substituído pelo Casa Verde e Amarela, despencaram de R\$ 11,3 bilhões em 2009 para R\$ 2,54 bilhões no ano passado.

O novo programa exclui a Faixa 1, que inclui a parte mais vulnerável da população, com renda de até R\$ 1,8 mil. O déficit de moradia que já é alto, de 7,797 milhões, deve piorar.



TÁ NA REDE



SAQUE

Rogaciano Medeiros

ESPERANÇA O STF deixaria a sociedade esperançosa se, além da atitude tomada agora contra o deputado neofascista Daniel Silveira, em nome da ordem constitucional também julgasse a suspeição de Moro. Vai empurrar o problema com a barriga até quando? Passou da hora de tomar uma atitude. Afinal, o caso influenciou a eleição presidencial e violou a vontade popular.

REFERÊNCIA Em toda sociedade, nota-se forte sentimento e muita pressão dos segmentos democráticos, de esquerda e de direita, para que o caso Daniel Silveira seja tratado de forma exemplar, acima de tudo para conter outros arroubos neofascistas e reforçar o movimento pela retomada da ordem constitucional. A imunidade não autoriza o parlamentar a atentar contra a Constituição.

ENTREGUE Queria Daniel Silveira (PSL-RJ) que a prisão fosse o maior problema. Ele vai precisar de apoios influentes, ainda assim por "debaixo do pano", para se livrar da cassação. Não convém ao governo uma crise institucional agora. Bolsonaro nem tocou no assunto na *live* de quinta-feira. A extrema direita é assim, quando suja, não hesita em queimar o arquivo. Vide Eduardo Cunha.

PRIVILÉGIOS As imagens de Daniel Silveira passeando livremente pelo pátio da prisão da Polícia Militar, no Rio, inclusive todo sorridente, batendo papo com admiradoras e fazendo mais ataques ao STF, mostra o tratamento privilegiado dado ao deputado, ex-PM. Em todo Brasil, a grande maioria dos policiais faz questão de demonstrar apoio ao governo Bolsonaro.

POLICIALESCO O neofascismo negacionista, que só sobrevive em ambiente de confronto permanente, é consequência do ultraliberalismo. O capitalismo industrial precisava de estabilidade e paz para tocar os negócios, mas o projeto de poder ultraliberal, centrado na financeirização, necessita da tensão, da guerra, para justificar o Estado policial, a repressão. Por isso odeia tanto a democracia.